

07 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Cinco dias depois da posse, presidente do TJ gaúcho deixa cargo

Por decisão do ministro Luiz Fux, do STF, Marcelo Pereira devolve posto, ao fim de um debate sobre antiguidade no serviço

Elder Ogliari / PORTO ALEGRE

Cinco dias depois de empossado, o presidente eleito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, desembargador Marcelo Bandeira Pereira, passou ontem o cargo ao vice-presidente da gestão anterior, desembargador José Aquino Flôres de Camargo. A medida cumpre determinação do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A reviravolta expõe um impasse que começou com a eleição de Pereira, em dezembro. O desembargador Arno Werlang, que desejava ser corregedor, encaminhou reclamação ao STF contestando os critérios do TJ-RS, que não estaria respeitando prerrogativas de antiguidade na casa.

A discussão remete a diferentes interpretações da Lei Orgânica da Magistratura. O tribunal entende que estão habilitados a concorrer a cada um dos cinco

cargos eletivos da diretoria os cinco desembargadores mais antigos que se candidatarem. Isso pode gerar situações em que o concorrente eleito para um cargo não esteja entre os cinco mais antigos do tribunal. Uma corrente do Judiciário entende que só os cinco mais antigos entre todos estariam aptos a assumir.

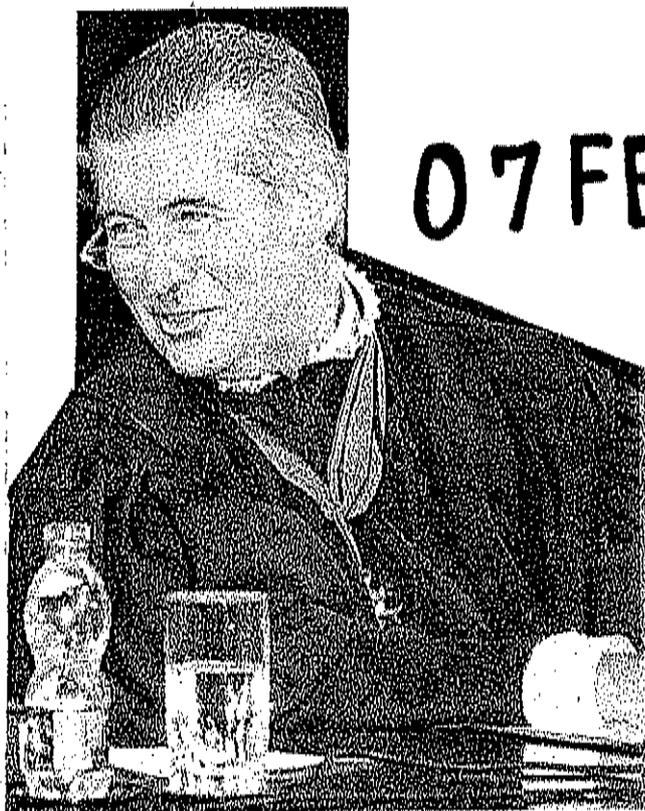
Liminar. Pereira chegou a tomar posse na quarta-feira passada. Poucas horas depois, a liminar suspendeu o exercício do mandato, que iria até o início de 2014. Na sexta-feira, em nova consulta do TJ-RS, Fux manteve a decisão e ontem o desembargador eleito entregou o cargo à gestão anterior. Como o ex-presidente Leo Lima se aposentou ao entregar o cargo, a presidência ficou para o vice.

Curiosamente, Camargo concorreu à presidência com Pereira. Houve empate em 69 votos e Pereira foi declarado vencedor por ser mais antigo no posto. Camargo, que é favorável ao critério adotado pelo TJ-RS, admitiu estar constrangido. A situação deve se definir depois do Carnaval, quando o STF julga o mérito da reclamação.

O ESTADO DE S. PAULO

**Sessão
abre
ano do
TJ-SP**

Ontem o novo presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, comandou a sessão de abertura do ano Judiciário e a posse solene do conselho superior da magistratura. Várias autoridades participaram do evento.



07 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

TCU vê nova

licitação irregular

do CNJ 07 FEV 2012

Já reprovado em compras anteriores, conselho vê rejeitada, por preço e critérios técnicos, aquisição de software no valor de R\$ 8,4 milhões

Depois de abrir uma crise entre conselheiros por denúncias de direcionamento de contrato e de provocar a exoneração de um servidor, as compras do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na área de informática estão de novo sob suspeita.

O Tribunal de Contas da União (TCU) considerou irregular licitação de R\$ 8,4 milhões para escolher uma empresa fornecedora de softwares e proibiu o órgão de prorrogar a contratação. O tribunal questiona os critérios para estimar a quantidade e o preço dos serviços. Além disso, considera ilegal a cláusula de reajuste acordada. De acordo com auditoria, a modalidade de concorrência para escolher a empresa – pregão presencial – também foi inadequada e pode ter levado o órgão a gastar mais.

A licitação foi lançada pelo CNJ em julho passado, quando ele assinou contrato de R\$ 6,4 milhões com a Squadra Tecnologia em Softwares. Cabe à empresa desenvolver programas e manter os sistemas de informação e portais do conselho. O tribunal abriu fiscalização sobre o caso após uma concorrente – a DataInfo Soluções em Tecnologia da Informação, derrotada na concorrência – apresentar representação com denúncias.

No relatório, votado em plenário na última quarta-feira, os auditores confirmam as impropriedades. Para a execução de todos os serviços, o CNJ previu no edital a necessidade de 18 mil pontos de função (PFs) – unidade de medida usada para quantificar

as funcionalidades de determinado software. O tribunal concluiu que o número de PFs foi calculado inadequadamente e que o preço de cada um foi estimado sem considerar valores de mercado.

Comparação. O CNJ usou como referência as cifras praticadas por órgãos como Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas não comparou as tecnologias, a estrutura e a qualidade dos serviços – o que o TCU considerou irregular. O tribunal diz ainda que faltaram, no edital, informações sobre a tecnologia a ser empregada em cada sistema de informática comprado, o que pode conduzir a propostas inexequíveis ou superfaturadas. Por fim, questiona a regra atípica de reajuste, que prevê negociação com a contratada sempre que for a hora de aumentar o valor do contrato. Os auditores alegam que se aplica, no caso, um índice automático de inflação.

Outro problema foi a escolha do pregão presencial, em detrimento do eletrônico – que aumenta a competição e tende a reduzir o preço. Como o contrato já está em curso e envolve serviços essenciais ao CNJ, o TCU optou por proibir a prorrogação, em vez de cancelá-lo.

Procurado, o CNJ afirmou não ter havido irregularidade mas que cumprirá, sem recorrer, as determinações do TCU. O contrato vence em 20 de julho. Por ora, foram pagos R\$ 78,1 mil.

No fim do ano passado, a compra de um banco de dados provocou uma rebelião de conselheiros e constrangeu o presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, como revelou reportagem do Estado. Um diretor da área, Dêclieux Dias Dantas, foi exonerado. Além disso, a aquisição de uma sala-cofre, sem licitação, também gerou críticas de integrantes do conselho.

COMPRAS SOB SUSPEITA

● Banco de dados

No fim de 2011, licitação de R\$ 86 milhões foi alvo de suspeitas de possível direcionamento

● Sala-cofre

Compra de R\$ 8,6 milhões, sem licitação, também levantou suspeitas no fim do ano passado

● Fábrica de softwares

Em sessão recente, o TCU considerou irregular licitação para contratar, por R\$ 8,4 milhões, empresa para desenvolver e dar manutenção a sistemas de informação

07 FEV 2012
O ESTADO DE S. PAULO

Servidor do TRT-RJ nega ter movimentado R\$ 283 mi

Advogado diz que Rogério Vieira ainda não foi notificado sobre inquérito, mas que está à disposição da Justiça

No dia em que o Tribunal Regional do Trabalho do Rio (TRT-1) instaurou sindicância sobre as atividades do analista judiciário Rogério Figueiredo Vieira, suspeito de ter movimentado R\$ 282,9 milhões em 2002, o advogado Ricardo Cerqueira, que representa o servidor, informou que seu cliente não reconhece ter administrado o valor informado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

De acordo com Cerqueira, seu cliente ainda não foi notificado pela Polícia Federal sobre o inquérito que foi instaurado há duas semanas para apurar suas operações financeiras.

Preso em 2004 a pedido da Justiça do Paraná, Vieira é acusado de participar de esquema de desvios de dinheiro da Copel por meio de consultoria fraudulenta. "Essa movimentação diz respeito a uma empresa de mercado exterior. Uma trading legalizada no Espírito Santo. Só que ela está desativada desde 2002", argumentou o advogado. "Ele me falou 'eu acho que não é esse valor todo, não é possível'. Talvez tenha sido feito a conta na época com o dólar que valia R\$ 4. Não sei. É uma ilação minha", disse o advogado.

Ele afirmou ainda que seu cliente está à disposição da Justiça e da corregedoria do TRT para prestar esclarecimentos.

Vieira ainda é acusado de contrabando e descaminho em três denúncias apresentadas em novembro do ano passado pela Ministério Público Federal do Rio.

A sindicância no TRT-1 será instaurada quando o despacho assinado ontem pela presidente da corte, desembargadora Maria de Lourdes Salaberry, for publicado no *Diário Oficial*. Não foi divulgada data para conclusão da apuração, que será sigilosa.

Mensalão. Dos cinco anos em que ficou cedido à Câmara, Vieira passou seis meses no gabinete do então deputado e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Carlos Rodrigues (PL-RJ).

Ontem, o ex-parlamentar, que renunciou ao mandato em 2005 e é um dos réus do processo do mensalão, disse que a requisição para o seu gabinete de um servidor acusado de desvio de dinheiro foi uma "infeliz coincidência".

"Esse cidadão trabalhou com outros deputados. Ele ficou cinco anos na Câmara e passou apenas seis meses no meu gabinete. Agora eu sou culpado?", questionou Rodrigues.

● Fora do tribunal

Na época das movimentações financeiras suspeitas, Rogério Vieira estava cedido à Câmara dos Deputados - onde trabalhou de 1998 a 2003.

SÔNIA RACY

Alívio imediato

Decisão do STF de manter os poderes do CNJ foi um bálsamo para o Conselho Nacional do MP - órgão que investiga a ação de promotores.

Temia-se efeito cascata de esvaziamentos.

07 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

À margem da lei

Atática de, em nome de direitos humanos, levar movimentos reivindicatórios à radicalização e provocar confrontos – quanto mais violentos, melhor – com os poderes constituídos é recurso conhecido e praticado em todo canto onde haja um mínimo de liberdade, mas especialmente nos países em que as instituições democráticas não estão suficientemente consolidadas. A quem interessa esse procedimento? De imediato, aos grupos nominalmente empenhados nas reivindicações e delas potenciais beneficiários, os quais muitas vezes se deixam manipular pelos “agitadores” ou disso não se dão conta. Num perspectiva política mais ampla, interessa, é claro, aos próprios insufladores da radicalização, cujo objetivo é desmoralizar e enfraquecer os governantes de turno, visando a vantagem num amplo arco que tanto pode se esgotar num ganho eleitoral de curto prazo quanto obter uma conquista ideológica a termo mais longo. É o que aconteceu dias atrás em São Paulo, com a reintegração de posse da área do Pinheirinho, em São José dos Campos. É o que está acontecendo há uma semana na Bahia, com a absurda greve dos policiais militares (PMs).

O movimento dos policiais militares baianos – estima-se que cerca de um terço da corporação tenha aderido à greve – tem levado o caos e o pânico às ruas das principais cidades do Estado, principalmente a capital, onde hordas de criminosos

se sentem à vontade para praticar assaltos e assassinios à luz do dia, mesmo com a presença, convocada às pressas, de forças federais. O número de homicídios mais que dobrou e não surpreende que algumas autoridades atribuam essa explosão de violência a uma ação deliberada dos grevistas, para levar o pânico à população.

A greve, declarada ilegal pela Justiça baiana, que expediu mandados de prisão contra 12 líderes da ação, é comandada por uma tal de Associação de Policiais e Bombeiros e de seus Familiares do Estado da Bahia, cujo presidente, o ex-policial

Os acontecimentos na Bahia mostram que só o respeito criterioso à lei fortalece a democracia

militar Marco Prisco, tem um histórico político compatível com a falta de coerência do movimento: filiado há poucos meses ao PSDB – partido em relação ao qual já manifesta insatisfação, porque até o momento “ninguém veio apertar minha mão” –, passou os últimos anos no PSOL, tendo sido anteriormente filiado ao PT e ao PC do B. Em 2001, no governo Cesar Borges, do PFL, quando era soldado, Prisco foi um dos líderes de outra rumorosa greve da PM, o que resultou em sua expulsão. A diferença é que naquela época “lutava” ao lado do PT do então deputado Jaques Wagner, então empenhado em desmoralizar o grupo político do finado senador Antonio Carlos Magalhães.

Hoje do lado oposto àquele em que se encontrava em 2001, o governador Jaques Wagner não hesita em chamar os grevistas pelo nome que boa parte deles certamente merece – “criminosos” – e em sustentar que a greve “pode ser parte da operação montada, da tentativa de criar um clima de desespero na população para fazer o governo sucumbir, uma tentativa de guerra psicológica”.

Seis dias depois de iniciado o motim, a situação era extremamente tensa ontem em Salvador, onde um grupo de grevistas, inflado por mulheres e crianças, permaneceu sitiado por forças federais e da própria PM baiana na Assembleia Legislativa. As autoridades negavam qualquer intenção de invadir o prédio e os grevistas prometiam reagir a uma eventual tentativa. De parte a parte registravam-se, como era de esperar, queixas e acusações de violações de direitos. O desequilíbrio das forças em conflito e a falta de apoio político significativo aos amotinados indicam que os grevistas acabarão cedendo. Até porque o governo petista, com toda razão, se negava categoricamente a atender a uma das únicas duas reivindicações que os sublevados sustentavam nas últimas horas: a anistia geral aos participantes do movimento.

Esse lamentável episódio só não terá apenas causado sérios prejuízos à população baiana se, de alguma maneira, levar a sociedade brasileira ao entendimento de que existe uma condição absolutamente indispensável à consolidação do regime democrático: o império da lei.

07 FEV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ-PR reconhece que nepotismo é improbidade e condena vereadores

O Tribunal de Justiça do Paraná confirmou que a prática do nepotismo no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Maringá implica em ato de improbidade administrativa. A decisão dos desembargadores, à unanimidade, referenda determinação judicial anterior, de primeiro grau, e atende ação civil pública proposta em fevereiro de 2006 pelo Ministério Público do Paraná. O MP-PR, através da Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Maringá, questionava a Casa Legislativa e dez vereadores pela contratação direta de 23 parentes para cargos comissionados, ou seja, sem concurso público, sustentando que tal prática configurava ato de improbidade. O Juízo local acatou o entendimento do Ministério Público, mas a Câmara e os vereadores recorreram ao TJ-PR, que agora, em janeiro deste ano, manifestou-se à condenação dos requeridos por improbidade. O responsável pelo caso no MP-PR é o promotor de Justiça José Aparecido Cruz.

A decisão, da Quarta Câmara Cível do TJ-PR, baseou-se, entre outros dispositivos, na Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, que veda o nepotismo, e no artigo 37 da Constituição Federal, que prevê que a administração pública deve se pautar pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os réus João Alves Corrêa, Altamir Antônio dos Santos, Edith Dias de Carvalho, Aparecido Domingos Regini, Francisco Gomes dos Santos, Dorival Ferreira Dias, Belino Bravin Filho, Odair de Oliveira Lima e Marly Martin Silva tiveram os direitos políticos suspensos por três anos, estão proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos, e também devem pagar multa (equivalente a dez vezes o valor da última remuneração percebida no cargo de

vereador, atualizado pelo INPC a partir da data da sentença).

Como relatam os desembargadores no acórdão, "Conforme consta dos autos, os requeridos, ora recorrentes, João Alves Corrêa, Altamir Antônio dos Santos, Edith Dias de Carvalho, Aparecido Domingos Regini, Francisco Gomes dos Santos, Dorival Ferreira Dias, Belino Bravin Filho, Odair de Oliveira Lima e Marly Martin Silva contrataram parentes seus para ocupar cargo em comissão na Câmara Municipal de Maringá. Não obstante a ausência de lei proibindo a contratação de parentes no âmbito do Poder Legislativo de Maringá, o Supremo Tribunal Federal já decidiu a questão, entendendo ser desnecessária a edição de lei formal vedando a prática do nepotismo, na medida em que tal proibição decorre diretamente dos princípios que norteiam a Administração Pública, consagrados no caput do artigo 37 da Constituição Federal." Cinco dos réus não são mais vereadores, mas ainda assim respondem por improbidade.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário 07 FEV 2012

Nova desembargadora no TJPR

A juíza Denise Krüger Perelra foi empossada na quinta-feira (2/2) como desembargadora do Tribunal de Justiça. A sessão solene do Pleno do Tribunal foi conduzida pelo presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourl Neto. A mesa de autoridades da sessão foi composta, além de Miguel Kfourl Neto; pelo governador Beto Richa; pelo desembargador Altino Pedroso dos Santos, presidente em exercício do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; pelo secretário do Tribunal de Justiça, Acir Camargo; pelo promotor Vaní Antonio Bueno; pelo deputado Claiton Kleise; representando o Legislativo paranaense; pelo advogado José Augusto Araújo de Noronha, representando a OAB/PR.

Denise Krüger Perelra nasceu em Curitiba e graduou-se no curso de Direito pela Universidade Católica do Paraná em 1984. Ingressou na carreira da magistratura paranaense em setembro de 1989 quando foi nomeada juíza substituta para a 28ª Seção Judiciária de Apucarana. Em junho de 1990 foi removida para a 37ª Seção Judiciária de Campo Largo. Na entrância inicial, julgou nas comarcas de Corbélia, Teixeira Soares e Antonina. Na entrância intermediária atuou na comarca de Irati. Em novembro de 1995 foi promovida para a 19ª Seção Judiciária de Londrina e removida em abril de 1996 para a 13ª Seção Judiciária de Curitiba. Assumiu a direção do Fórum dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Curitiba, a presidência do Fórum Nacional dos Juizados Especiais e, também, atuou como membro da Comissão dos Juizados Especiais junto ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e no Comitê Gestor do Movimento pela Conciliação. Assumiu o cargo de juíza de Direito Substituta em 2º grau de jurisdição em janeiro de 2007. Promovida ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento, na sessão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de 23.01.2012.

Visita

Comitiva composta pelo prefeito municipal Clóvis Mateus Cucolotto, presidente da Câmara, vereadores, advogados e empresários de São João, visitaram no último dia (30) o Tribunal de Justiça. Vieram agradecer aos desembargadores a criação da comarca, desmembrada de Chopinzinho. A nova comarca será integrada, além da sede, pelos municípios de São Jorge D'Oeste, Sullna e Saudade do Iguaçu. Dentre outras grandes empresas, São João é sede da Coasul, cooperativa com cerca de 1.500 funcionários e mais de cinco mil cooperados, com faturamento anual de 653 milhões de reais. Sedla, também, o Sicredl regional, que abrange 18 municípios e 24.000 cooperados, totalizando depósitos de um bilhão e quatrocentos milhões de reais. O prefeito apresentou ao presidente do Tribunal, des. Miguel Kfourl Neto, e ao des. Guilherme Luiz Gomes, gestor da estatização e instalação e integrante da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, a planta do prédio que abrigará o fórum da comarca, tendo solicitado a instalação da nova unidade judiciária com a maior brevidade possível. Nos próximos dias, o secretário do TJ, Acir Bueno de Camargo, e o diretor do Departamento de Engenharia, Eng.º Cornelius Unruh, irão a São João, para os necessários levantamentos e fixação do cronograma de instalação.

CONTINUA

07 FEV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

Novos assessores

No último dia (27) o presidente do Tribunal de Justiça, des. Miguel Kfourl Neto, assinou decretos de nomeação de 610 bacharéis em Direito, que exercerão o cargo de Assistente II, para todos os juízes de Direito e Substitutos em Segundo Grau do Estado - e assistente de desembargador, para os 120 desembargadores do TJ - ambos com a simbologia 1-C. Estas são as primeiras nomeações de um total de 787 cargos criados por lei estadual, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador Beto Richa, no final de 2011. Busca-se, com a implantação de assessoria qualificada, o incremento significativo da produtividade dos magistrados paranaenses. Os nomeados para os gabinetes dos desembargadores e dos juízes de Direito Substitutos em 2º grau tomarão posse, em conjunto, no dia 1.º de fevereiro, às 13h, no auditório do 10.º andar do Palácio da Justiça, em cerimônia que será presidida pelo Secretário do TJ, Aclr Bueno de Camargo. Os demais nomeados, para os juízes de 1º grau da Capital e Interior, tomarão posse perante os respectivos diretores dos fóruns a que estão vinculados.

Colégio de Corregedores

O corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Noeval de Quadros, assumiu na quarta-feira (1º/2) a presidência do Colégio de Corregedores-Gerais da Justiça dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal. Uma das primeiras missões do novo presidente é organizar o próximo Encontro Nacional de Corregedores-Gerais, que acontecerá em Foz de Iguaçu, de 19 a 21 de abril, e reunirá todos os corregedores-gerais e vice-corregedores da Justiça dos Estados, assim como - pela primeira vez - os corregedores da Justiça Federal. "O Tribunal de Justiça do Paraná é muito respeitado pelas qualidades de suas decisões. Atribuo a esse fato a escolha para presidir o Colégio de Corregedores", afirma o desembargador Noeval de Quadros. A última vez que o Paraná sediou um Encontro de Corregedores foi na gestão do corregedor desembargador Osiris Fontoura, em março de 2000. O Encoge em Foz do Iguaçu terá como tema "As Corregedorias e a Tecnologia".

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SOLENIDADE

07 FEV 2012

Fernando Ganem assume a presidência da Amapar

Substituto de Gil Guerra comandará
entidade durante o biênio 2012/2013

Em solenidade realizada no sábado, dia 4, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Juiz de Direito, Fernando Swain Ganem, tomou posse como novo Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Juiz Criminal de Colombo, Ganem era vice-presidente na gestão anterior. Ele substitui Gil Guerra e presidirá a entidade durante o biênio 2012/2013. "Sigo em frente na defesa das magistraturas paranaense e brasileira", afirmou o novo dirigente que atuava como 1º Vice-Presidente da Amapar. Em seu discurso, Ganem sustentou a defesa das prerrogativas e evidenciou a campanha de valorização do Juiz - Olhos Abertos - iniciada durante o mandato de Gil. "Devemos divulgar as boas práticas adotadas pelos Juizes em diversas comarcas do Estado. Sigo os passos do meu amigo Gil Guerra e quero contar com o apoio de todos, no auxílio e também apontando críticas", declarou Ganem aos mais de 100 Juizes e Desembargadores que acompanharam a posse.

Ao se despedir, Gil Guerra depositou confiança em seu sucessor e falou que a Magistratura

deve buscar o movimento da fraternidade. "Devemos trabalhar juntos e sei das qualidades do novo Presidente", disse. Gil também comentou os resultados alcançados durante sua gestão, como a redução do percentual remuneratório entre entrâncias, Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e assessoria para Juizes. "Trabalhamos até o apagar das luzes pela Amapar, que considero uma pedra preciosa e ajudamos a polir ao lado de uma valiosa diretoria".

O Juiz Marcos Daros, atual Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), representou o Presidente, Nelson Calandra, e falou aos Presentes. Ele elogiou a condução de Gil, durante o biênio 2011/2012, frente à entidade. "A participação da Amapar em todos os debates institucionais é motivo de orgulho. Gil fez um dos trabalhos mais destacados durante toda a história da entidade".

CNJ

Daros comentou sobre a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que sustentou o direito do Conselho Nacional de Justiça de fiscalizar Juizes.

"Não saímos derrotados e participamos de uma discussão muito salutar. Vivenciamos na AMB um dos momentos mais difíceis e lutamos pela preservação da ordem constitucional", declarou. O Desembargador Nelson Missias, atual Secretário-Geral da AMB, também prestigiou a posse de Fernando Ganem e falou sobre o CNJ. "Enfrentamos uma imprensa que nos agride diariamente. Estamos em pé e aqui no Paraná buscamos inspiração para sempre lutar. Foi aqui que demos a cara à tapa e iniciamos esse ideal de luta ao lado de Nelson Calandra", disse. Também falaram os representantes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o Corregedor-Geral, Noeval de Quadros e o 2º Vice-Presidente da Corte paranaense, Ivan Bortoleto, que desejaram sucesso ao novo presidente da Amapar. "Em contato com outros corregedores, a impressão que tenho é que o nosso tribunal é muito respeitado", disse Noeval. Bortoleto evidenciou as profícuas gestões da Amapar. "Temos uma associação de vanguarda".

07 FEV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Relatório de atividades do CNJ em 2011 está disponível para consulta

Está disponível para consulta e download o Relatório Anual de Atividades do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2011. Pela primeira vez, o documento com cerca de 200 páginas foi produzido apenas na versão eletrônica com o objetivo de facilitar o acesso à informação e economizar recursos destinados à impressão. O relatório, aprovado na 16ª sessão extraordinária do CNJ, foi entregue ao Congresso Nacional na abertura do ano legislativo.

No prefácio do relatório, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, destacou que o

trabalho seguiu as premissas do Plano Estratégico Nacional do Conselho, em diferentes áreas de atuação: planejamento estratégico, políticas judiciárias, modernização tecnológica, ampliação do acesso à Justiça, execução penal e pacificação e responsabilidade social. O documento também mostra a estrutura do Conselho, atividades previstas em lei e a síntese das atribuições de órgãos internos e comissões.

O ministro Cezar Peluso enfatizou os resultados alcançados pelo Mutirão Carcerário. Ao longo do ano de 2011, foram analisados 102.415 processos nos mutirões

carcerários, com a concessão de 16.838 benefícios nos estados da Paraíba, Amapá, Ceará, Rio Grande do Sul, Maranhão, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Goiás e Pernambuco.

O CNJ também organizou encontros que ajudaram a identificar, a partir dos debates, os gargalos que devem ser alvo de políticas judiciais como o Seminário "100 Maiores Litigantes", realizado em maio de 2011. O evento reuniu representantes das instituições que mais recorrem à Justiça para encontrar alternativas que levem à redução do grande número de processos envolvendo esses litigantes.

IPI não incide sobre venda de produto importado

A 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região confirmou que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) não incide sobre operações de comercialização de produtos importados de uma empresa catarinense. A decisão é do dia 31 de janeiro. Cabe recurso.

A Alpha Trade Importação de Eletrônicos ajuizou ação na Justiça Federal pedindo a inexistência do tributo. Sustentou que os produtos importados

já vêm montados e embalados para serem comercializados aos varejistas e consumidores finais no território nacional e, por isso, pagar o IPI com a saída do produto do estabelecimento seria bitributação.

Após a decisão favorável à empresa em primeiro grau, a União recorreu, argumentando que é desnecessária a industrialização do produto para a incidência do fato gerador do IPI.

Na análise do recurso, o rela-

tor do processo, juiz federal Luiz Carlos Cervi, convocado para atuar no tribunal, entendeu que a tese de bitributação levantada pela empresa procede. Para ele, deve ser reconhecido pela União que o processo de industrialização ocorre antes da importação e que, durante o despacho aduaneiro, já houve a devida tributação.

Desta forma, a Alpha não deve pagar o IPI quando ocorrer a venda do produto, decidiu o magistrado.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRT-PR busca acordo para encerrar greve

Foi designada para esta segunda-feira, 6 de fevereiro, às 16h, a realização de audiência de conciliação e instrução no processo TRT-PR-DCG 61-2012-909-09-00-0, envolvendo as empresas de transporte de valores e os trabalhadores. A audiência será realizada na Sala de Sessões Plenárias do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, em Curitiba.

Partes envolvidas:
SUSCITANTES (quem entrou com o Dissídio Coletivo de Greve (DCG)): Sindicato das Empresas de Transporte de Valores do Estado do Paraná, Proforte S.A. Transporte de Valores, Transbank S.A. Transporte de Valores, Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança, Brinks Segurança e Transporte de Valores Ltda.

SUSCITADOS: Federação dos Trabalhadores em Empresas Enquadradas No Terceiro Grupo do Comércio e Empresas Prestadoras de Serviços No Estado do Paraná - Petravisp, Sindicato dos Empregados em Empresas de Transporte de Valores e Escolta Armada do Paraná.

07 FEV 2012

PANORAMA POLÍTICO

Sono, afinal!

As repercussões da apertada votação de quinta-feira, quando os direitos do CNJ de fiscalizar atuação de juízes e desembargadores foram mantidos, continua. A frase da corregedora do CNJ, Eliana Calmon, que praticamente detonou a crise no Judiciário com a afirmação de "bandidos de toga", foi deliciosa. Acompanhando com emoção, voto a voto, ao ver vitoriosa a defesa do CNJ, foi questionada sobre o que iria fazer: "Vou dormir. Há três meses não durmo!".

MP-PR está com seleção para estágio em Curitiba

A Promotoria de Justiça das Comunidades em Curitiba está com inscrições abertas para selecionar 18 estagiários em Direito. Poderão se inscrever matriculados a partir do 5º período do curso de Direito. As inscrições terminam em 10 de fevereiro de 2012 e devem ser feitas pelo site www2.mp.pr.gov.br/concestag. A prova será dia 13 de fevereiro no auditório do DER, à Av. Iguazu, 420, Rebouças.

O edital do estágio está disponível no site do MP-PR (www.mp.pr.gov.br), no link Estágios.

07 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DOS LEITORES

Judiciário

Estou entre os 99,9% dos juizes honestos e trabalhadores da Justiça de São Paulo. Foi doloroso ver a charge de domingo da **Folha**, que mostrava juizes em um jogo. A que vai levar esse denunciismo inconsequente, kafkiano, quase criminoso? Será que a imprensa não percebe que todo centralismo ditatorial primeiro cala o Judiciário livre, depois a imprensa democrática? A história tem mostrado isso. A próxima criação talvez seja o CNI (Conselho Nacional da Imprensa).

MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO, Juiz
(São Paulo, SP)

Tablets

Leitora Virgínia Gonçalves (Painel do Leitor, ontem), "revoltante" é sua falta de compreensão do "auxílio tablet" para juizes e desembargadores e a sua insidiosa ilação. Revoltante é a campanha deletéria sustentada pela **Folha** contra os juizes malsinando e excogitando a realidade dos fatos e influenciando negativamente seus leitores.

O "auxílio tablet" é um financiamento para a aquisição de um bem necessário para o exercício da profissão, não para jogar videogame, pôquer ou paciência. É apenas um passo para a mitigação das agruras enfrentadas pelos magistrados no seu cotidiano funcional por falta de adequada estrutura física, humana e funcional para facultar adequada assistência a milhares de pessoas.

JUNIOS PAES LEME (Santos, SP)

07 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Nova ministra defende direito ao aborto

Socióloga Eleonora Menicucci, que assumirá Secretaria das Mulheres, dividiu prisão com Dilma na ditadura militar

Ex-guerrilheira é amiga da presidente desde os anos 60; ela substitui Iriny Lopes, que será candidata em Vitória

Amiga da presidente Dilma Rousseff desde a década de 1960 e sua colega de prisão na ditadura militar, a nova ministra Eleonora Menicucci, 67, promete defender a liberação do aborto à frente da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Socióloga, professora de Saúde Coletiva da Unifesp e filiada ao PT, ela assumirá o cargo na sexta-feira. Substituirá a também petista Iriny Lopes, que sai para disputar a Prefeitura de Vitória.

Menicucci integra o Grupo de Estudos sobre o Aborto e já relatou ter se submetido à prática duas vezes. Ontem, afirmou à **Folha** que levará sua convicção e sua militância na causa para o governo.

"Minha luta pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres e a minha luta para que nenhuma mulher neste país morra por morte materna só me fortalece", disse.

A polêmica sobre o aborto marcou a corrida presidencial de 2010, quando José Serra (PSDB) usou o tema para atrair o voto religioso. Dilma, que já havia defendido a descriminalização da prática em duas entrevistas, disse ser "a favor da vida", mas afirmou que não faria uma "guinada à direita" para se eleger.

A nova ministra afirmou que fará uma gestão de continuidade. Citou como prioridades o combate à violência contra a mulher e à "feminização da pobreza" e a preparação para a conferência Rio+20, em junho.

Ela negou os rumores de extinção da secretaria, que ganharam força no fim de 2011. "Nunca houve nem proposta do governo federal de acabar com a Secretaria das Mulheres. Digo isso como futura ministra. A secretaria continua com status de ministério e com muita força."

Mineira de Lavras, a nova ministra conheceu a presidente no movimento estudantil, em Belo Horizonte. Na luta armada, participou de assaltos a bancos e supermercados para arrecadar recursos para a guerrilha.

"Sabia que tinha que fazer alguma coisa, ia lá e fazia", relatou à revista "TPM", em 2007. "Achava que nada de mal podia me acontecer. Era jovem, e jovem é onipotente."

PRISÃO E TORTURA

Ao ser presa, em 1971, Menicucci tinha 22 anos e militava no POC (Partido Operário Comunista). Sua filha Maria tinha 1 ano e 10 meses e foi torturada com ela nas dependências da Oban (Operação Bandeirante), em São Paulo.

Depois, ficou 52 dias sem notícias do bebê. "As torturas minha e de minha filha mostraram a olho nu a nua e crua dimensão do terror instalado em nosso país e paradoxalmente nossa impotência frente a ele. Aquel me transformei em feminista", escreveu, em artigo de 2009.

Ela reencontrou Dilma no Presídio Tiradentes, onde ficou presa até 1973 na "Torre das Donzelas", a ala das presas políticas. Foi uma das colegas de cela convidadas para a posse da presidente.

"Tenho muito orgulho e muita honra de ter sido presa política na luta contra a ditadura", disse ontem.

A ministra chorou ao lembrar os colegas que morreram na luta armada. "Estou muito emocionada. Peço desculpas... [embargando a voz]. É um filme que passa todas as horas da minha vida para me inspirar e me fortalecer."

À "TPM", ela também falou sobre a vida pessoal. "Me relaciono com homens e mulheres e tenho muito orgulho de minha filha, que é gay e teve uma filha por inseminação artificial."

Colaboraram MÁRCIO FALCÃO, FLÁVIA FOREQUE e JOHANNA NUBLAT, de Brasília

07 FEV 2012
FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

Com nova adesão,
Lei da Ficha Limpa
deve ser aprovada

**DETERGENTE
ELBITORAL**

A Lei da Ficha Limpa deve ser aprovada no STF (Supremo Tribunal Federal). O ministro Marco Aurélio Mello, que era tido como contrário à regra, votará, na verdade, favoravelmente a ela.

DETERGENTE 2

Com Mello, a Ficha Limpa terá ao menos seis votos, ou a maioria do STF, que tem 11 ministros. Luiz Fux e Joaquim Barbosa já se declararam favoráveis. Carlos Ayres Britto, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski devem acompanhá-los.

CLT

O posicionamento de Mello tem surpreendido os ministros. Em votações anteriores, ele se posicionou contra prazos da lei. Mas, a interlocutores, resumiu porque pode votar para que ela seja aplicada a partir deste ano: "Você contrataria para trabalhar alguém que tivesse inquérito ou uma ação penal em andamento?".

07 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Triste Bahia

Movimento de policiais militares baianos persegue reivindicações salariais com métodos violentos, em desafio ao Estado de Direito

Em afronta às normas constitucionais e aos direitos da população da Bahia, uma obscura associação de policiais lidera desde terça-feira movimento grevista da Polícia Militar daquele Estado que ganhou contornos dramáticos.

Se a intenção dos grevistas era aumentar o clima de insegurança e a violência nas ruas, os objetivos foram alcançados. Em menos de uma semana, já se registrou em Salvador quase uma centena de homicídios, contra 172 ao longo do mês de janeiro.

Lideranças acantonaram-se na Assembleia Legislativa, com o evidente intuito de intimidar o governo do Estado. Não se descarta um confronto mais sério com contingentes do Exército, da Polícia Federal e da Força Nacional convocados para restaurar a ordem pública.

Os grevistas reivindicavam aumento salarial de 40%, que levaria os vencimentos dos soldados a R\$ 2.685, acima do que é pago pelo governo de São Paulo (R\$ 2.366), mas já aceitam reajuste em torno de 20%. O governador Jaques Wagner (PT) alega que os policiais tiveram reajustes 30% acima da inflação em seu governo e que não dará mais que os 6,5% da inflação de 2011 previstos para todo o funcionalismo baiano.

A peculiar estridência da greve se explica no contexto de uma

movimentação mais ampla, pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 300, de 2008, que estabelece um piso nacional.

A ideia era equiparar os salários dos militares estaduais aos valores pagos pelo Distrito Federal (inicial em torno de R\$ 4.000, o mais elevado do país). Se aprovada a PEC 300, o piso será definido por lei federal em até 180 dias.

A proposta é torpedeada por petistas e aliados, pois caberia ao governo federal pagar a diferença entre soldo atual e novo piso, com um fundo de auxílio aos Estados.

A paralisação baiana, que eclodiu depois de movimentos similares no Ceará e no Maranhão, tem sido fomentada por uma articulação interestadual de PMs como trampolim para uma greve nacional.

Não há dúvida de que policiais militares precisam ser valorizados, não só com treinamento e equipamentos adequados, mas também por salários condizentes com o risco e a importância de suas funções.

Não é aceitável, entretanto, que recorram a métodos violentos e ilegais. A Constituição proíbe militares e PMs de fazerem greve.

Em entrevista à **Folha**, o governador Jaques Wagner tratou os líderes da paralisação como "bandidos". Para um ex-sindicalista, causa perplexidade que se declare surpreendido com a greve e mostre tão escassa disposição para negociar.

Claro está que só deve fazê-lo sob a condição de retorno imediato ao trabalho e à disciplina, mas de sua habilidade como líder político e sindical depende agora a restauração da tranquilidade na Bahia.

FOLHA DE S. PAULO

ROSELY SAYÃO 07 FEV 2012

MENINAS QUE BEBEM

Garotas entre 14 e 16 anos abusam do álcool para relaxar de toda a pressão que sofrem da família e da escola

UMA PESQUISA sobre consumo de bebidas alcoólicas foi realizada em 16 Estados brasileiros pela Universidade Federal de Minas Gerais.

O resultado aponta um dado que devemos considerar alarmante: a partir dos 14 anos, meninas consomem mais álcool do que meninos.

Podemos creditar esse fato a um outro, de conhecimento de todos nós: a venda de bebidas alcoólicas, embora proibida para menores de 18 anos, acontece sem a menor cerimônia. Em qualquer bairro ou cidade do país, adolescentes compram o produto de sua preferência sem maiores problemas.

Se essa fosse a causa do problema, a responsabilidade pelo fato grave apontado no levantamento seria toda do Estado: a falta de fiscalização e de punição para os infratores é o que contribui para que a bebida role solta, não é verdade?

Ainda assim, não estaríamos livres de nossa responsabilidade: quantas vezes fomos testemunhas dessas vendas e não esboçamos reação alguma?

Entretanto, é um detalhe dessa pesquisa que quero colocar no centro de nossa con-

versa de hoje. Por que as meninas dessa idade têm usado e abusado do álcool mais do que os meninos?

Para essa pergunta não temos uma resposta certa, mas certamente podemos fazer algumas conjecturas.

Olhe para nossas crianças menores de seis anos. Você percebe que há uma diferença enorme entre meninos e meninas? Meninos são moleques: se vestem e se comportam como moleques, têm interesses de moleques e brincam como tal.

Já as meninas... Ah... Elas são pequenas mulheres. Vestem-se como mulheres, se interessam por assuntos de mulheres feitas e gostam de brincar de ser mulher.

Sem uma intervenção firme dos adultos, as meninas pulam a fase da infância com a maior facilidade.

E por falar em intervenção firme dos adultos, temos feito isso, sim, mas no sentido contrário ao que deveríamos fazer. Meninas de nove anos são levadas pelos pais — pelas mães em especial — a comemorar o aniversário em salões de beleza. Elas ganham roupas provocantes e sapatos de salto precocemente, têm seu próprio arsenal de maquiagem etc.

Queremos que as meninas sejam adultas logo. Para falar a verdade, nem consigo entender os motivos disso. Afinal, filho criado dá trabalho redobrado, não é isso o

que diz o ditado popular?

O resultado da pesquisa pode nos fazer pensar nisso: as meninas, sob intensa pressão social que aponta para uma expectativa de crescimento rápido, estão respondendo a contento.

A bebida alcoólica pode funcionar como mediador social quando ingerida com parcimônia, não é mesmo? Mas há uma condição para que assim seja usada: a autonomia e a maturidade de quem a consome.

Garotas entre os 14 e os 16 anos ainda estão em pleno processo de conquista de autonomia e vivendo ainda o seu tempo de amadurecer. Com a ajuda da família e da escola, elas poderão chegar lá. Mas muitas garotas — um número enorme — que vivem essa fase não conta com essa ajuda. Contam é com muita pressão de ambas.

Família e escola têm expectativa muito semelhante: a de que os jovens se empenhem na conquista do êxito escolar como se isso fosse sinalizador de alguma coisa.

Sabemos que não é, mas insistimos nisso.

Uma das maneiras que as garotas têm encontrado para relaxar do estresse a que estão submetidas parece ser, então, a ingestão de bebidas alcoólicas.

Realmente, não temos motivo algum para brindar.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e autora de "Como Educar Meu Filho?" (Publifolia)

07 FEV 2012

DESMANCHE MORAL

É imperiosa a necessidade de reforçar os órgãos de fiscalização e controle, além de melhorar o funcionamento do Poder Judiciário em sua tarefa de processar, julgar e aplicar penas

Uma das questões que estão no centro das preocupações dos economistas, dos sociólogos e dos analistas políticos é a busca de explicações sobre as razões de algumas nações alcançarem alto nível de riqueza e bem-estar, enquanto outras continuam na pobreza e com carências sociais elementares. Esse tema foi objeto de um prêmio Nobel de Economia, concedido a Douglas North, por seu trabalho sobre explicações para as causas da riqueza e da pobreza das nações.

Entre outras conclusões, Douglas North afirma que a qualidade das instituições, a cultura e as crenças do povo e o comportamento do governo estão entre as causas principais do desenvolvimento econômico e social. Nesse quadro, a qualidade das instituições desempenha papel decisivo e, por isso, importa saber como elas são estruturadas e como funcionam para cumprir suas missões e contribuir com o progresso material e moral da sociedade. Entre as instituições fundamentais estão os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o Banco Central, as agências reguladoras, os organismos estatais, o corpo de leis, a estrutura tributária e os órgãos de administração pública.

Segundo Douglas North, as diferenças de estruturação e de funcionamento dessas instituições, sobretudo os aspectos ligados à sua eficiência e à lisura moral com que são dirigidas, explicam as diferenças entre as nações. Adicionalmente, os estudos mostram que a conquista do progresso requer algumas pré-condições básicas, sem as quais é praticamente impossível elevar a riqueza nacional. Entre essas pré-condições merecem destaque o direito de propriedade privada, a garantia desse direito, a estabilidade da moeda, o respeito aos contratos juridicamente válidos e a eficácia no funcionamento da Justiça.

A maneira como o governo arrecada tributos, o direcionamento do gasto público e a forma como administra o orçamento fiscal também entram na lista das causas mais relevantes do progresso material da nação. Por isso, as duas pragas mais nocivas são a "ineficiência" e a "corrupção", pois ambas respondem pela má aplicação dos recursos públicos e pelos desperdícios e são culpadas pela miséria, pela pobreza e pelo atraso econômico e social. Sendo tais conclusões verdadeiras, o grau e a extensão da corrupção que contamina todos os setores da vida pública, no Legislativo, no Executivo, no Judiciário, nos municípios, nos estados, na União e praticamente em todos os setores e órgãos de Estado explicam os índices de miséria, pobreza, violência e degradação da vida nacional.

Ainda que esteja crescendo e melhorando alguns indicadores sociais, o fato é que o Brasil ainda é um país muito atrasado, pobre, violento, doente e cívico de carências sociais. Um país em que metade da população não dispõe de esgoto tratado e tem déficit habitacional de 7,5 milhões de moradia é uma sociedade que não conseguiu resolver os dois mais elementares problemas sociais já resolvidos pelos países sérios no século 19. A existência dessas duas carências sociais eleva qualquer sociedade ao nível de indecência política e moral.

O tamanho do inchaço da máquina estatal nas três esferas de governo e nos três níveis de poder e a imensa quantidade de casos de corrupção generalizada já podem ser caracterizados como uma pandemia nacional e representam um verdadeiro desmanche moral da vida política em todos os níveis. Não há um só setor nem uma só região do país em que não haja centenas ou milhares de casos escabrosos de inchaço do governo, ineficiência administrativa, fraudes, desvios e furtos de dinheiro público. Na esfera estatal, nada mais escapa dos "malfeitos", para usar a linguagem eufemística e suave da presidente Dilma Rousseff em relação aos graves crimes de corrupção na área pública.

Dado o estágio de degradação moral a que chegou a administração pública no Brasil, tornou-se imperiosa a necessidade de reforçar os órgãos de fiscalização e controle, além de melhorar o funcionamento do Poder Judiciário em sua tarefa de processar, julgar e aplicar penas. Há, na sociedade, a crença geral de que políticos e servidores públicos envolvidos em crimes de corrupção jamais vão para a cadeia, como também raramente devolvem os recursos furtados dos cofres públicos.

Os tribunais de contas, o Ministério Público Federal, os ministérios públicos estaduais e a Polícia Federal estão entre os órgãos que a sociedade deve zelar para que sejam prestigiados e aparelhados a fim cumprirem sua missão de investigar, processar e, por isso, intimidar aqueles que são inclinados a "roubar" o dinheiro do contribuinte. No mundo todo há ineficiência e corrupção em todos os níveis de governo. O problema é que, no Brasil, a impressão geral é que, rigorosamente em todos os órgãos e instituições estatais, em todos os lugares e em todo o tempo, há sempre alguém, e são muitos, fraudando, desviando, furtando e desperdiçando o dinheiro retirado da população em forma de tributos. Impressiona também o grau de apatia da população, que reage e protesta pouco, de forma tímida; e não intimida os corruptos incrustados na máquina governamental.

Fechado 7 FEV 2012 acordo para reabertura da Pedreira

Após apresentar projeto detalhado de normatização para uso da área, município é autorizado a iniciar obras de readequação

Luigi Pontwass

Dentro de alguns meses, os curitibanos devem ter de volta o mais criativo espaço para shows do Brasil — a Pedreira Paulo Leminski. Em audiência de conciliação realizada ontem na 4.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, presidida pela juíza Mariana Fowler Gusso, o município e os moradores da região — representados pelo promotor Sérgio Luiz Cordone — chegaram a um acordo para a reabertura do espaço: ela agora depende da realização de obras de readequação da área, a serem licitadas e geridas pela prefeitura, e da concretização do minucioso projeto apresentado pelo procurador do município, Sílvio Brambila, estabelecendo normas para o uso do local em grandes eventos.

Depois de ouvir as linhas gerais do projeto, descritas pelo procurador com a ajuda de representantes da secretarias municipais do Meio Ambiente e da Administração, da Fundação Cultural de Curitiba e do engenheiro responsável, a juíza — com a anuência dos representantes dos moradores e do promotor

Cordone — autorizou a prefeitura a iniciar a remodelação do espaço. Como as obras dependem de licitação, não foi fixado um prazo para a conclusão do processo. Por hora, continua em vigor a liminar judicial de março de 2008, que impede o uso do espaço para shows musicais.

A abertura definitiva só vai ocorrer com a concretização da proposta apresentada pela prefeitura — que inclui sistemas de prevenção de incêndio aprovados pelo Corpo de Bombeiros, laudo técnico de impacto ambiental, laudo técnico de sonorização, instalação de ponto de apoio da Polícia Militar, controle de trânsito e bloqueio de vias, policiamento, horários de funcionamento e a adoção da caução para o uso do espaço, entre outras medidas.

Rota de fuga

De acordo com as normas estabelecidas pelos bombeiros, a prefeitura terá de incluir mais uma rota de fuga, erguendo duas escadas no sentido oposto ao da entrada da Pedreira; também terá de observar uma largura mínima em cada uma das rotas; um novo elevador precisará ser construído; os empreendedores terão de contratar equipamentos de som mais modernos, com menos "vazamento" de áudio, e assim por diante. Cumpridas todas essas etapas e sanadas as dúvidas com os órgãos competentes, a Pedreira estará apta para voltar a receber grandes eventos da música.

"Há males que vêm para o bem", resumiu o procurador Brambila na audiência. "Essa liminar fechou a Pedreira, o que não foi bom para o município, mas, por outro lado, vai nos permitir criar ali um espaço mais moderno e seguro, com o padrão Curitiba de qualidade."

Questionado sobre o prazo necessário para a adequação da Pedreira, Brambila ponderou: "Como essas obras dependem de licitação e precisam levar em consideração vários itens de órgãos diversos, elas devem seguir o cronograma de cada secretaria envolvida. Mas pensamos que as obras serão concluídas o quanto antes para podermos reabrir a Pedreira assim que o juízo determinar".

Líder do movimento A Pedreira é Nossal, o vereador Jonny Stica (PT) saiu otimista da audiência: "O mais difícil já foi resolvido, que era a falta de acordo para a reabertura. Agora cabe à prefeitura implementar essas obras de adequação para que, dentro de alguns meses, a Pedreira possa ser devolvida aos curitibanos. É uma vitória para a vida cultural da cidade".

Operação violenta da PM causa mal-estar

Secretário estadual de
Segurança aprova a
conduta de policiais
que agrediram
centenas de foliões com
bombas e balas de
borracha em Curitiba

*Marilena Scoz, Huclides Lucas
Garcia e Anderson Gonçalves*

■ O dia seguinte à praça de guerra armada no Largo da Ordem, na noite de domingo, foi de explicações. A repercussão negativa da operação policial que dispersou com violência milhares de foliões do bloco pré-carnavalesco Garibaldi e Sacis, em Curitiba, levou a Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) a convocar uma entrevista coletiva para explicar a manobra.

Ao lado do chefe do 1.º Comando Regional da Capital, o coronel da PM Ademar Cunha Sobrinho, o secretário Reinaldo de Almeida César disse ter aprovado a conduta dos policiais. "A ação foi muito positiva, com o uso progressivo da força." César lamentou que o episódio tenha deixado vítimas — dezenas de pessoas foram feridas por balas de borracha —, mas disse que "não vai ser um evento como este que vai enochar as Polícias Civil e Militar", completou. Outros quatro PMs também ficaram feridos.

Cunha confirmou que a PM foi ao local para atender a reclamações de vizinhos sobre o som alto. Segundo ele, no local, um grupo de pessoas cantava músicas de apologia ao uso da maconha. Eles teriam jogado pedras e garrafas na viatura. Os policiais pediram reforço e o tumulto teve início. "Infelizmente, teve que se partir para a munição não letal para afastar o grupo e depois o uso de granadas de efeito moral", explicou.

De acordo com a PM, 20 policiais faziam o patrulhamento a pé antes da confusão e 25 viaturas estavam presentes na hora dos confrontos.

Governador

Em entrevista no Palácio Iguaçu, o governador Beto Richa (PSDB) evitou atribuir culpa à PM ou aos foliões pela confusão no Largo, mas disse que a polícia agiu para "manutenção da ordem". "Às vezes, excessos são cometidos por festeiros e pelos mais exaltados." Richa fez questão de frisar que a Sesp está avaliando o caso e apurando, inclusive, eventuais excessos. "Falhas, excessos, erros estão sendo avaliados. Se houver responsáveis, serão punidos", garantiu.

Diante das acusações, o coronel Cunha informou que a PM abrirá uma sindicância para investigar a operação e que espera que os que sentiram agredidos ou ofendidos entrem em contato com o comando. No dia da confusão, pelo menos duas pessoas prestaram queixa na delegacia contra a PM.

"A nossa festa foi a mais bonita que a gente fez nos últimos tempos, posso dizer isso pelo Garibaldi e Sacis. Mas pelo bloco da violência da PM, você tem que perguntar para eles", ironizou Luiz Nobre, membro do bloco. Uma denúncia formal contra a ação da polícia foi apresentada pelo bloco ao Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná, órgão ligado à Secretaria de Estado da Justiça (Seju).

Legislativo

O caso também pautou as discussões no primeiro dia de trabalho da Assembleia Legislativa. O deputado Péricles de Mello (PT) classificou a atuação da PM como desproporcional. "Mesmo que tenha havido uma conduta desrespeitosa à polícia, não pode existir uma resposta desproporcional como aquela. Isso mostra o despreparo da PM do Paraná", criticou.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

07 FEV 2012

PROTESTO

"Foi absurda a forma como os policiais agiram"

Cerca de 300 pessoas fizeram uma manifestação ontem à tarde, no Largo da Ordem. Integrantes do bloco Garibaldi e Sacis criticaram a operação policial e orientaram os feridos para que façam o exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal e registrem boletins de ocorrência contra a PM. O protesto foi convocado via internet por Letícia Camargo, que participou da festa no domingo e se disse surpresa com a ação policial. "Ainda quero entender o que aconteceu. Foi um absurdo a forma como os policiais agiram, disparando e atirando bombas contra todo mundo", disse.

Ela espera ter mais segurança na próxima apresentação do bloco, marcada para domingo, dia 12. Mas, por enquanto, ainda não há confirmação de que a última edição do pré-carnaval seja realizada. Um dos organizadores do Garibaldi e Sacis, Itacírio Rocha, disse que está conversando com os órgãos de segurança a fim de garantir condições para o evento acontecer. "O que nós queremos é que o pré-carnaval seja apenas alegria, como sempre foi desde o início." A manifestação também reuniu pessoas que foram feridas por balas de borracha.

Despreparo e falta de policiamento preventivo

Especialistas em segurança pública acreditam que houve, sim, excessos durante o tumulto no Largo da Ordem. Para o vice-presidente da Comissão de Advocacia Criminal da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, Eduardo Sanz de Oliveira e Silva, houve despreparo da PM para lidar com a situação. "O dever da polícia é guardar a segurança das pessoas de bem. Se há pessoas que se excedem, os policiais devem atuar de forma cirúrgica, especificamente sobre elas. A partir do momento que se toma uma atitude mais violenta, isso pode gerar ações incontroláveis, como nós vimos no último domingo", avalia.

Coronel da reserva da PM e membro do Núcleo de Pesquisas em Segurança Pública e Privada da Universidade Tuiuti do Paraná, Renato Jorge da Silveira diz que houve excesso das duas partes: tanto de foliões mais exaltados, que promoveram desordem, quanto dos policiais que responderam com balas de borracha e gás lacrimogêneo. O que faltou, na opinião dele, foi um melhor policiamento preventivo. "Faltou diálogo entre os organizadores e os organismos de segurança para que a polícia estivesse mais presente."

07 FEV 2012
GAZETA DO POVO
PAIXÃO



07 FEV 2012

GAZETA DO POVO

Transporte de valores segue parado e Justiça deve intervir

TRT estuda exigir contingente mínimo de trabalhadores para minimizar impacto no

quinto dia útil do mês

Terminou sem acordo a audiência de conciliação entre o Sindicato dos Trabalhadores de Transporte de Valores e Escolta Armada do Paraná (Sindeesfort-PR) e as empresas do setor, realizada na tarde de ontem no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR). Com o impasse, os trabalhadores decidiram manter a greve, o que deve complicar a situação do atendimento nas agências bancárias em todo o Paraná hoje, quinto dia útil do mês, quando grande parte das empresas deposita o pagamento de seus funcionários. Para evitar maiores transtornos à população, a Justiça deve publicar hoje um despacho para solicitar que pelo menos 30% dos trabalhadores retomem as atividades.

Segundo o presidente do Sindeesfort-PR, Paulo Sérgio Gomes, não há um plano de contingência dos bancos para minimizar o desabastecimento dos caixas eletrônicos de todo o Paraná. "Todos os funcionários seguem em greve e a paralisação é por tempo indeterminado. Não queria-

mos ter iniciado a greve, mas foi necessário", afirmou. A greve começou na última quarta-feira e os caixas eletrônicos começaram a ficar desabastecidos na sexta-feira.

Ontem, entretanto, o movimento nas agências da região central de Curitiba estava dentro da normalidade. Apesar de a maioria dos bancos já estar enfrentando problemas com a falta de cédulas nos caixas eletrônicos, a situação era tranquila e em praticamente todas as agências era possível sacar dinheiro, ainda que dentro dos limites estabelecidos pelos planos de contingência dos bancos.

A única agência em que todos os caixas eletrônicos estavam desabastecidos era a do HSBC na esquina da Rua XV de Novembro com a Marechal Floriano. Porém, em duas outras agências próximas — no Palácio Avenida e na Rua Marechal Deodoro — os caixas operavam normalmente, sem plano de contingência. Segundo uma funcionária do HSBC, os terminais de autoatendimento estavam sendo abastecidos durante o dia com o dinheiro do fluxo diário dos caixas.

Como muitos caixas eletrônicos já estão sem dinheiro, a orientação é para que a população reforce a utilização do autoatendimento e da internet para a realização de pagamentos, evitando a

necessidade de sacar dinheiro. Os talões de cheque também são uma alternativa. Em muitos estabelecimentos comerciais, cartões de débito e crédito também podem ser utilizados.

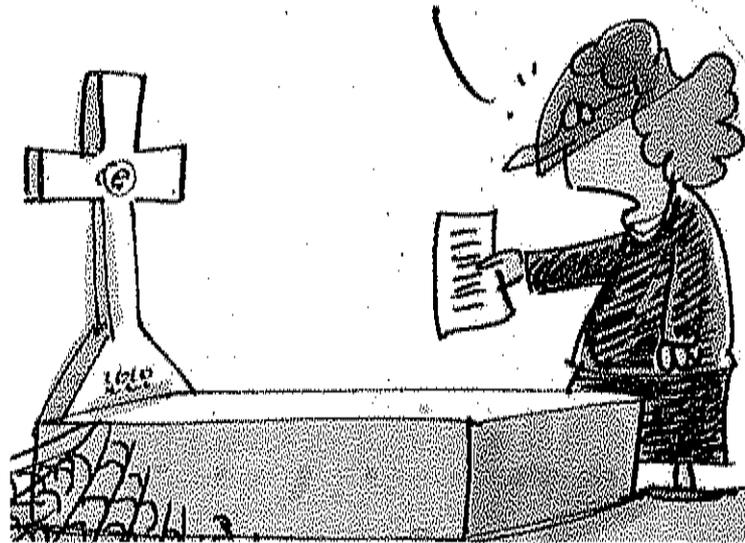
Outra solução é fazer saques nos caixas físicos (na boca do caixa). De acordo com o Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, não há informações de caixas físicos sem dinheiro. Os clientes da Caixa Econômica Federal também podem fazer saques nas lotéricas.

07 FEV 2012

GAZETA DO POVO

TIAGORECCHIA

QUERIDO,
AQUELA LIMINAR
QUE VOCÊ PEDIU
CONTRA AQUELE
PLANO DE SAÚDE
ACABOU DE SER
DEFERIDA!



07 FEV 2012

FOLHA DE LONDRINA MILITÃO

Nova diretoria na Emap

O novo diretor geral da Escola da Magistratura do Paraná, juiz Joscelito Giovanni Cê, tomou posse ontem, em Curitiba. Além dele, integram a nova diretoria os juízes José Laurindo de Souza Neto, como supervisor pedagógico; Luciano Campos de Albuquerque, como coordenador geral de cursos; e Rodrigo Otávio do Amaral, diretor do Núcleo da Capital. A Escola funciona há 28 anos e tem revelado ótimos alunos, que se tornaram dos melhores magistrados. Entre os convidados especiais à cerimônia, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Eros Roberto Grau.

MILITÃO

44 mil inscritos

Mais de 44 mil inscritos participaram, domingo, em Curitiba, do concurso para técnico do Tribunal Regional Eleitoral, concorrendo a 12 vagas. Isso mesmo. Todos os hotéis e pensionatos de Curitiba ficaram lotados. Até mesmo os motéis receberam hóspedes.

07 FEV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Reabertura de Pedreira depende de novas obras

Curitiba - Em audiência pública realizada ontem, em Curitiba, a juíza Maria Gluszcynski Foller Gusso, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, suspendeu o processo judicial que determinou o fechamento da Pedreira Paulo Leminski em março de 2008 por conta de reclamação dos moradores da região, que fica no bairro Pilarzinho.

A partir de agora, a Prefeitura de Curitiba terá que realizar obras para adequar o espaço para a realização de shows e outros grandes eventos. Com isso, o local segue interditado até a conclusão das obras, propostas pelo próprio município na tentativa de reabrir o local. A partir disso, o Corpo de Bombeiros terá que apresentar um novo laudo para a juíza decidir pela reabertura do espaço. Não há previsão para o início dessas obras.

Entre as obras previstas estão uma área de escape, equipamentos para evitar vazamento de som e ações de gerenciamento de trânsito e segurança da região nos dias de shows. Segundo a administração municipal, o laudo técnico provisório aprovado pelos bombeiros também estipula a capacidade máxima do local em 27 mil pessoas.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

07 FEV 2012

Largo da Ordem

De ordem, no sentido de equilíbrio com lei e Justiça, o Largo nada tem: foi ali que a câmera da Globo pegou dois PMs levando rádios de um automóvel estacionado e agora foi lá que tivemos a intervenção dos militares para conter conflitos entre carnavalescos. Para os que achavam que o carnaval de Curitiba teria, enfim, encontrado a sua geografia ideal, face ao sucesso dos pré-carnavais ali desenvolvidos aos domingos à tarde, uma descompressão exagerada talvez tenha liquidado o cenário de Momo que já foi na rua XV, na Marechal Deodoro e hoje é confinado no Centro Cívico, onde os palhaços são outros e que festelam como ninguém.

Lei e Ordem

Ironicamente ali estaria o símbolo da Ordem e da Lei de que tanto tratou com maestria o liberal alemão Ralf Dahrendorf. Ele trata, na sociedade aberta, de um liberalismo institucional que difere daquele da esquerda democrática antiproibicionista como da direita democrática a favor da proibição e as suas respectivas variações. "Seus dois principais princípios têm relação com os dois artigos do contrato social que admiti. Um deles é a preservação da lei e da ordem como instituições, mais do que como mera superfície de normas e sanções. Isto exige um apego ao que seja válido mas, na maioria das vezes, e particularmente nos dias de hoje, uma reconstrução e, ainda mais, uma construção nova. Trata-se assim de um processo ativo, mais do que um processo conservacionista por inação. O outro princípio é sobre a cidadania. Nós permitimos que essa grande força para o progresso se tornasse uma desculpa para a marginalização e a exclusão. Isto não pode ser. A política econômica e social pode e precisa ainda ser modelada através da busca de melhores oportunidades de vida para todos os membros da sociedade e isso significa através da cidadania para todos. A classe majoritária terá de dar, se não quiser perder tudo, e isto também representa uma tarefa para aqueles que desejam a liberdade acima de tudo. A lei e a ordem são a chave."

Vai apurar

OAB, sempre presente, vai apurar se houve excessos no Largo da Ordem. De lado a lado, claro.

Só eu?

Carlos Simões em atitude filosófica: "só eu e os outros setenta?". Insiste em dizer que a Comissão Executiva nomeava sem consultar o deputado.

JORNAL DO ESTADO

Pedreira perto de ser liberada

A luta pela reabertura da Pedreira Paulo Leminski pode estar chegando ao fim. Ontem, a Prefeitura de Curitiba e o Ministério Público do Paraná chegaram a um acordo para liberar o espaço após a implantação de uma série de obras no local. A partir disso, a Pedreira poderá voltar a receber grandes eventos.

Fechada desde 2008, a Pedreira Paulo Leminski depende agora que a Prefeitura execute na íntegra seu plano de ações para adequar o espaço. Entre as ações, equipamentos para evitar vazamento de som e ações de ge-

renciamento de trânsito e segurança da região nos dias de shows.

Há a intenção de instalar um Centro Operacional da Polícia Militar no local. Em dias de shows, a rua de acesso à Pedreira ficará aberta apenas para os moradores da região. Os shows terão horário específico para acontecer, conforme o dia da semana. O isolamento acústico deve seguir regras, como a utilização de equipamentos que minimizem o vazamento do som.

Só depois de concluídas as obras prometidas pela Prefeitura, é que a juíza Ma-

riana Gusso, da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, pode revogar a liminar que proíbe os shows.

"Na prática, os shows voltam assim que a Pedreira receber a adequação necessária para que não haja mais prejuízo para os vizinhos. Ao mesmo tempo, essas exigências farão com que os eventos realizados no local sejam mais profissionais", afirma o vereador Jonny Stica, que encabeçou a campanha "A Pedreira É Nossa!", pela reabertura da Pedreira. Ainda não há data para o início da adequação.

De hábito, pode

07 FEV 2012

A freira Kelly Cristina Favareto e todas as irmãs da Congregação das Pequenas Irmãs da Sagrada Família de Cascavel (PR) saíram vitoriosas na Justiça. Kelly foi impedida de renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) porque se recusou a tirar o hábito para a fotografia do documento. O Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR4), emitiu parecer defendendo que a exigência era contrária ao disposto no art. 5º da Constituição Federal. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) concordou com a tese e proferiu acórdão favorável. A freira possuía CNH com foto em que usava hábito. Porém, o antigo documento fora obtido antes da publicação da Resolução nº 192/2006 do Conselho Nacional de Trânsito (Conatran), adotada pelo Detran-PR. Segundo ela, na foto o candidato ou condutor não poderá utilizar óculos, bonés, gorros, chapéus ou qualquer outro item de vestuário/acessório que cubra parte do rosto ou da cabeça. Baseada nesta exigência, a juíza da Vara Federal de Cascavel destacou não haver qualquer ato ilegal ou abusivo por parte do Detran-PR ao proibir a renovação.

EM BAIXA

O Tribunal de Justiça do Paraná confirmou que a prática do nepotismo no âmbito da **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARINGÁ** implicam ato de improbidade administrativa. Ação do do Ministério Público, questionava a Casa Legislativa e dez vereadores pela contratação direta de 23 parentes para cargos comissionados.

METRO 07 FEV 2012

Sai acordo que vai reabrir a Pedreira

▷ MP-PR, prefeitura e Associação de Moradores do Abranches chegaram ontem a um consenso

▷ Espaço passará por obras para voltar a receber eventos

▷ Mas shows terão hora para acabar

Depois de quase quatro anos, a novela da reabertura da Pedreira Paulo Leminski parece estar chegando ao fim. Ontem, em audiência entre a prefeitura, o MP-PR (Ministério Público) e a associação de moradores na 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, a juíza Mariana Gusso suspendeu o processo que mantinha o espaço fechado. Mas ele só será reaberto depois que passar por obras.

No projeto, está previsto o alargamento do portão de entrada, em 12 metros, e das atuais saídas de emergência, além da construção de outras duas saídas, com escadas no paredão da lateral esquerda do palco, dando acesso à área do estacionamento e do heliponto.

Os eventos terão que ter equipamentos que direcionem o som, evitando vazamentos e reclamações por parte de moradores do Abranches. "Com caixas espalhadas e regulagem de graves, não é necessário vo-

27 mil pessoas será a capacidade máxima da Pedreira, conforme estipulado pelo laudo técnico do Corpo de Bombeiros.

lume tão alto em um único ponto", explica o assessor de Controle Externo da Procuradoria Geral do Município, Sílvio Brambila.

Mesmo assim, haverá limite de horário, que varia com o tipo e a data do evento. "No sábado, terá que terminar até 1h. No domingo, até 22h", comenta Brambila. Segundo ele, haverá pagamento de caução antecipado para evitar violações das regras.

A Pedreira foi fechada em março de 2008 a pedido de 134 moradores da região, que reclamavam de barulho e desordem. "Foi uma vitória depois de uma série de encontros para buscar a conciliação", comenta o vereador Jonny Stica, líder do movimento "A Pedreira é nossa".

Outras mudanças

Um posto da Polícia Militar será instalado na Pedreira, segundo Brambila.

O trânsito será fiscalizado e as ruas poderão ser bloqueadas, com acesso apenas para moradores.

A Pedreira também terá gerador de energia para garantir a iluminação e os equipamentos sonoros.

"É uma vitória. O projeto só vai melhorar a estrutura da Pedreira."

JONNY STICA, VEREADOR E LÍDER DO MOVIMENTO A PEDREIRA É NOSSA

07 FEV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Pedreira sem data pra ser reativada

Não há mais impedimento judicial para a reabertura da Pedreira Paulo Leminski. O desfecho dessa etapa foi acordado ontem, na 4.ª Vara da Fazenda de Curitiba, com o aval do Ministério Público do Paraná (MP), associação dos moradores e prefeitura. As partes envolvidas concordaram com a reabertura do local, fechado há quatro anos, mediante a execução das obras e ações previstas no projeto apresentado pela prefeitura para viabilizar a reativação do espaço. Mesmo encerrada essa etapa, ainda não se pode prever quando que a Pedreira estará habilitada para receber eventos.

"Encerramos a fase judicial e estamos encaminhando para os órgãos competentes o projeto para execução. Mas não há como prever a data de reabertura, já que envolve questões orçamentárias, licitação e as obras", explica o procurador e assessor de controle externo da Procuradoria Geral do Município, Silvio Brambila. A Procuradoria participou da elaboração do projeto, que tem mais de 300 páginas, e traz soluções para todas as reclamações apontadas pelos moradores da região. Também está em andamento o plano de policiamento da Polícia Militar, no qual será instalado posto com ampla infraestrutura. Além disso, em dias de shows ou espetáculos, está previsto no projeto que a Secretaria Municipal de Trânsito (Setran) será responsável por bloquear a área ao redor da Pedreira para evitar eventuais transtornos a quem mora ao redor.

PARANÁ ONLINE

TJ confirma que nepotismo é improbidade administrativa

06 FEV 2012

MP-PR

O Tribunal de Justiça do Paraná confirmou que a prática do nepotismo no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Maringá implica em ato de improbidade administrativa.

A decisão dos desembargadores, à unanimidade, referenda determinação judicial anterior, de primeiro grau, e atende ação civil pública proposta em fevereiro de 2006 pelo Ministério Público do Paraná.

O MP-PR, através da Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Maringá, questionava a Casa Legislativa e dez vereadores pela contratação direta de 23 parentes para cargos comissionados, ou seja, sem concurso público, sustentando que tal prática configurava ato de improbidade.

O Juízo local acatou o entendimento do Ministério Público, mas a Câmara e os vereadores recorreram ao TJ-PR, que agora, em janeiro deste ano, manifestou-se à condenação dos requeridos por improbidade. O responsável pelo caso no MP-PR é o promotor de Justiça José Aparecido Cruz.

A decisão, da Quarta Câmara Cível do TJ-PR, baseou-se, entre outros dispositivos, na Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, que veda o nepotismo, e no artigo 37 da Constituição Federal, que prevê que a administração pública deve se pautar pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CONJUR

STJ diminui indenização por bloqueio de linha

06FEV2012

Por considerar abusivo, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça reduziu o valor de R\$ 61.370 arbitrado pela Justiça do Amazonas a título de indenização por danos morais em razão de cobrança indevida de fatura e bloqueio da linha de celular de uma consumidora. O valor fixado pelo STJ foi de R\$ 5 mil.

A ministra Nancy Andrighi afirmou que, ao avaliar o transtorno vivido por consumidores que sofrem cobrança indevida de fatura já paga e o desligamento do celular, o STJ tem fixado valor em patamares substancialmente inferiores. Andrighi lembrou processo julgado em 2007 pela 4ª Turma, que reduziu a indenização de R\$ 30 mil para R\$ 7 mil, considerando as peculiaridades do caso (REsp 871.628).

Ela citou, ainda, decisão também da 4ª Turma, em 2004, que considerou razoável a indenização de 15 salários mínimos arbitrada na segunda instância em situação semelhante à julgada. A Turma considerou que o bloqueio do aparelho celular por três vezes, associado à cobrança de débito já quitado, enseja a ocorrência de danos morais suscetíveis de reparação (REsp 590.753).

Para a ministra, é preciso levar em conta que a cobrança indevida enviada à cliente não resultou em inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, o que minimiza a repercussão negativa. No caso, em 1999, a cliente da Amazônia Celular, apesar de estar com os pagamentos das faturas em dia, teve o serviço de telefonia suspenso por duas vezes. Numa delas, teria sofrido com o prejuízo porque anunciou um carro para venda em classificados, divulgando o número da linha indevidamente bloqueada.

“Os danos morais servem como espécie de recompensa à vítima e efeito pedagógico ao causador do dano, guardadas as proporções econômicas das partes”, disse a ministra. Para Andrighi, o novo valor assegura à lesada justa reparação, sem incorrer em enriquecimento sem causa. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

REsp 1.191.428

CONJUR

Acusado de matar ex-ministro não consegue HC no STJ

06 FEV 2012

Um dos denunciados pelo assassinato do advogado e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral José Guilherme Villela não conseguiu liminar em Habeas Corpus no Superior Tribunal de Justiça. O ministro Sebastião Reis Júnior negou o pedido. Preso há mais de um ano, o acusado pede para aguardar o julgamento em liberdade.

Villela, sua esposa e a empregada da família foram mortos com 73 facadas no dia 28 de agosto de 2009. Os corpos foram descobertos três dias depois. A filha do casal foi denunciada como mandante do crime.

Ao analisar o caso, o ministro Reis Júnior não constatou excepcionalidade alguma que justificasse a concessão de liberdade provisória. Ele lembrou que audiências foram agendadas para este mês de fevereiro. Além disso, o ministro apontou que, na análise do pedido de liminar, não cabe apreciar a discussão sobre todos os pontos apresentados, porque estão relacionados ao próprio mérito do Habeas Corpus. Caberá à 6ª Turma a análise das questões levantadas pela defesa.

O acusado já havia pedido HC ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que entendeu que não há excesso de prazo por conta da “extraordinária complexidade da causa”. São quatro os réus, defendidos por advogados diferentes.

“Uma vez iniciada a colheita das provas orais e designada data para a audiência de continuação, não há como acolher a alegação de excesso de prazo se não foram ultrapassados os limites da razoabilidade e proporcionalidade”, afirmou a decisão do TJ-DF.

Na última semana, foram realizadas, no plenário do Tribunal do Júri de Brasília, as audiências do processo que apura o homicídio. As audiências prosseguem nesta segunda-feira (6/2), quando devem acontecer outros depoimentos de testemunhas de defesa. Até agora, já foram realizadas oito audiências que tiveram início no dia 4 de novembro de 2011 nas quais quase 40 pessoas foram ouvidas.

Na denúncia apresentada pelo Ministério Público figuram como réus do processo Adriana Villela, filha do casal, além do ex-porteiro do bloco onde os fatos aconteceram e mais dois homens. Os réus foram denunciados por três homicídios triplamente qualificados e por furto qualificado. O processo já soma 54 volumes e tem mais de 10,8 mil folhas no total. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ e do TJ-DF.*

HC 227.264

CONJUR

Cego de um dos olhos garante vaga de deficiente

06 FEV 2012

Por Marcos de Vasconcellos

Por enxergar apenas com um dos olhos, **Fábio Mesquita**, de 47 anos, conseguiu garantir na Justiça seu ingresso como deficiente em concurso público para analista da Fazenda do município do Rio de Janeiro. Uma decisão em caráter de liminar, deferida no último dia 26 de janeiro, obriga a prefeitura a nomear e empossar o profissional aprovado em concurso público, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil.

Mesquita fez a prova para o cargo em 2010, inscrevendo-se para concorrer às vagas destinadas a pessoas com deficiência e foi classificado. No início de 2011, foi chamado a realizar uma perícia e, dois meses depois de ser examinado, teve seu nome publicado no *Diário Oficial do Município* como um dos "candidatos que comportam vaga de deficiente".

Ele diz que havia discutido com o médico que o examinou sobre a possibilidade de se enquadrado ou não como deficiente. "Quando vi meu nome no jornal fiquei feliz ao ver que consideraram a visão monocular como a deficiência que é", diz Mesquita.

Quando foi chamado à tomar posse, porém, no dia 16 de dezembro de 2011, teve que passar por nova perícia, obrigatória a todos que têm mais de 30 anos. Nessa perícia, porém, a médica responsável disse que ele não poderia ocupar a vaga destinada a pessoa com deficiência, pois a visão monocular não seria reconhecida como deficiência.

"Ela me disse que tinha alguma coisa errada com a minha documentação. Falou que foi um erro da primeira perícia e que eu não poderia tomar posse", conta Mesquita. Ele pediu um documento que explicasse o que estava acontecendo, uma vez que havia lido diversos artigos sobre os direitos dos portadores de visão monocular.

Com o documento em mãos, foi ao escritório de um dos autores dos artigos que ele lera sobre o assunto, o advogado **Bernardo Brandão**. Segundo Mesquita, Brandão disse que havia 90% de chance de ganhar a ação, citando a Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça, que diz que "o portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes".

"Está provado substancialmente que ele não enxerga com um dos olhos e a interpretação não pode restringir os direitos do deficiente", explica o advogado. Brandão alfineta a atitude da prefeitura carioca "parece que o procurador-geral do município entende que deficiente monocular não é deficiência física, mas isso não está consagrado na lei".

Para Mesquita, que perdeu a visão de um dos olhos aos 14 anos, depois de ser atingido por uma pilha enquanto assistia um jogo no Maracanã, a decisão é uma forma de colocá-lo em igualdade com os outros concorrentes. "Quem tem um olho só se cansa mais durante leituras, força mais a vista, não enxerga em três dimensões e tem que ter mais cuidados com o olho. Não sou um mártir, mas as pessoas têm de reconhecer que estou em desvantagem."